

Cultura democrática e cidadania

**Evelina Dagnino (*)
Uliana Ferlim,
Daniela Romanelli da Silva e
Ana Cláudia Chaves Teixeira**

Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Neste artigo, as autoras investigam as concepções de democracia, cidadania, política e autoritarismo social através de entrevistas realizadas com membros de movimentos sociais, sindicatos, associações de classe e partidos políticos. A pesquisa foi realizada na cidade de Campinas – SP, em 1993.

Palavras-chave: democracia, cidadania, autoritarismo social, sociedade civil.

Abstract

In this article, the authors investigate the conceptions of democracy, citizenship, politics and social authoritarianism based on interviews with members of social movements, unions, class organizations and parties. The *survey* was conducted in Campinas – SP, in 1993

Keywords: democracy, citizenship, social authoritarianism, civil society.

(*) Agradecemos o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, através da Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida à Profª Evelina Dagnino e das Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UNICAMP concedidas às outras autoras.

Introdução

Ao longo dos anos 1980, o processo de transição democrática no Brasil e em outros países da América Latina, aliado aos eventos no Leste Europeu, conferiu uma nova dinâmica à discussão sobre o conceito de democracia. Essa discussão incorpora uma das conseqüências mais importantes da crise dos paradigmas clássicos de transformação social, que é o novo estatuto – teórico e político – que assume a questão da democracia em todo o mundo.

No Brasil, ao lado do debate sobre a natureza do regime democrático, sobre a reforma política das instituições como componente fundamental da transição democrática, há uma ênfase na discussão da natureza da sociedade democrática como um todo, incluindo práticas sociais e culturais que ordenam as relações sociais no seu conjunto. Nesse sentido, grande parte da literatura sobre o tema e o debate sobre a democracia como um valor universal acentuaram a tradição autoritária da nossa prática social e política como um obstáculo fundamental à construção democrática¹. Essa discussão abriu caminho para uma concepção ampliada de democracia, que contempla a transformação da cultura como dimensão fundamental da construção democrática.

Por outro lado, parte substantiva dessa discussão se dedicou a examinar a contribuição dos movimentos sociais que emergiram durante as décadas de 1970 e 1980 para o aprofundamento da questão democrática, especialmente no que diz respeito à criação e experimentação de novas práticas sociais e novas formas de sociabilidade, fundadas em bases mais igualitárias².

A experiência concreta desses movimentos incluiu um conjunto de processos que introduziu uma concepção alternativa de democracia. Tais processos foram largamente discutidos na literatura sobre movimentos sociais: a construção de identidades coletivas, o desejo de autonomia, a busca de novas práticas organizacionais que enfatizassem formatos mais democráticos e a constituição de sujeitos sociais, baseada no desenvolvimento de uma noção de direitos e, especialmente, da noção de uma nova cidadania.

Essa concepção de cidadania constitui hoje um referencial teórico e político fundamental para a discussão, precisamente na medida em que ela é capaz de articular a multiplicidade de dimensões que caracteriza a questão democrática. O surgimento dessa concepção está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – e aqui é interessante notar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. (DAGNINO, 1994). Na organização desses

¹ Por exemplo, COUTINHO, 1980; WEFFORT, 1984; CHAÚÍ, 1981.

² Ver o artigo, hoje paradigmático, de Tilman Evers, "Identidade – a face oculta dos movimentos sociais". (EVERS, 1984).

movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência dessa nova noção de cidadania³.

Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e direitos de novo tipo e a ampliação do espaço da política, essa noção de cidadania expressa uma estratégia de construção democrática e de transformação social que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política e que, portanto, reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural. Nesse sentido, a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática, concebida como alternativa à organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais, baseada predominantemente em critérios de classe, raça, e gênero: o que tem sido chamado de autoritarismo social.

A partir desse quadro teórico e da concepção de democracia que dele emerge, realizamos em 1993 em Campinas uma pesquisa sobre cultura democrática e cidadania, como parte de um curso ministrado na graduação em Ciências Sociais na UNICAMP. A pesquisa de tipo *survey* entrevistou uma amostra de 52 pessoas com participação em movimentos sociais de vários tipos (urbanos, ecológicos, de mulheres e negros), em sindicatos de trabalhadores e de classe média, em associações empresariais e com vereadores dos vários partidos representados na Câmara Municipal.

O objetivo central foi duplo: investigar, de um lado, a existência de percepções e práticas vinculadas à concepção de democracia indicada acima, e que configuram, portanto, embriões de uma cultura democrática; de outro lado, a existência de elementos do autoritarismo, tanto político como social, enquanto matriz dominante do ordenamento cultural da sociedade brasileira e que constituem obstáculos à emergência plena dessa cultura democrática. Assim, as percepções e práticas sobre cidadania, sobre a noção de direitos e sobre a constituição de um 'código igualitário' que opere sobre o conjunto das relações sociais foram questões privilegiadas. Além disso, procuramos investigar em que medida essas novas formas ampliadas de conceber a cidadania e a democracia estariam vinculadas a novas formas de conceber a política que ampliam seus agentes e o espaço no qual ela se realiza. A democracia não seria apenas algo que se concretiza nas instâncias da política institucional, mas também, e principalmente, aquilo que é construído pela sociedade como um todo. A pesquisa também visava investigar o papel dos movimentos sociais, descritos por vários

³ Algumas referências importantes na vasta literatura sobre os novos movimentos sociais, especialmente para o período que cobre as décadas de 1970 e 1980, são: NUNES e JACOBI, 1982; CARDOSO, 1983; EVERS, 1984; DURHAM, 1984; SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987; SADER, 1988; BAIERLE, 1992; SCHERER-WARREN, 1993; DOIMO, 1995.

analistas como agentes significativos da formulação e difusão dessas novas concepções de cidadania e democracia.

Metodologia de pesquisa

Uma primeira definição do universo a ser pesquisado deu-se ao concentrar o foco de atenção em indivíduos com algum tipo de experiência de participação em organizações dirigidas à defesa de interesses coletivos, em movimentos sociais, sindicatos, associações de classe e partidos políticos, através de seus vereadores. A hipótese era que essa experiência de participação determinaria nesses indivíduos um nível maior de sensibilidade e atenção com respeito às dimensões da democracia do que o encontrado na população em geral, sabidamente pouco informada e pouco interessada pela política. Assim, os resultados da pesquisa não expressam a cultura política de toda a população, tampouco do conjunto dos vários setores estudados, mas indicam tendências importantes na sociedade civil, na medida em que a maior parte dos entrevistados constitui-se de lideranças desses setores.

A inclusão de indivíduos com participação em outros tipos de organizações, mais tradicionais, nos possibilitaria também investigar a especificidade dos movimentos sociais em relação ao avanço das concepções democráticas, na medida em que a sua contribuição à construção democrática e ao avanço da cidadania é largamente afirmada pela literatura. Por isso, a investigação das percepções e práticas em relação à democracia foram abordadas tanto em relação ao funcionamento democrático do contexto imediato em que se dá a participação, quanto em relação à política na sociedade mais ampla. No interior desses movimentos, estabelecemos uma distinção entre movimentos urbanos, dedicados à luta por moradia, água, esgoto, educação, saúde etc. e movimentos sociais de caráter mais amplo, tais como os movimentos de mulheres, negros e ecológicos.

Por outro lado, a intenção foi realizar uma investigação que nos trouxesse informações não apenas sobre as camadas populares, mas sobre um conjunto mais amplo da sociedade. Assim, além de movimentos populares urbanos e sindicatos de trabalhadores, incluímos na pesquisa sindicatos de classes médias e associações empresariais. A inclusão dos vereadores se justifica enquanto participantes de partidos políticos e também enquanto portadores de uma experiência específica derivada da sua posição, definida por uma dupla proximidade, seja com o Poder Executivo, seja com as organizações da sociedade civil. Essa diversidade nos possibilitaria comparações entre setores sociais diferentes e também entre tipos distintos de organizações. O resultado da operacionalização dos vários critérios mencionados acima nos levou a selecionar uma amostra que incluiu 6 categorias. O número de entrevistados em cada uma delas foi determinado pelas condições

objetivas de realização da pesquisa, tendo em vista o tempo disponível e o número de alunos matriculados no curso⁴. Finalmente, as entrevistas foram realizadas nos meses de maio e junho de 1993 pelo conjunto de alunos matriculados no curso, cujo trabalho agradecemos.

O questionário incluiu perguntas com alternativas de respostas de dois tipos: alternativas fechadas ('closed-ended questions') e abertas ('open-ended questions'), de modo a possibilitar uma análise quantitativa e qualitativa das respostas. Considerando a temática específica da pesquisa, que privilegia percepções, representações e valores, o número de perguntas abertas – 13 em um total de 20 perguntas – foi planejado de modo a enfatizar os procedimentos de análise qualitativa, paralelamente ao tratamento estatístico dos dados. Além disso, dadas as dificuldades inerentes à investigação desse tipo de temática, procuramos incluir questões com graus de abstração variados que nos permitissem verificar contradições entre discurso e práticas concretas.

Como sabemos, nem sempre os discursos se convertem em práticas. Nesse sentido, temos consciência de que o simples fato de os entrevistados apresentarem concepções democráticas não significa, necessariamente, que suas ações sejam – e muito menos ainda, de forma consistente – pautadas por essas idéias. Entretanto, consideramos que a formulação de um discurso democrático, por mais retórico que seja, significa uma percepção por parte de quem o formula, de que as representações, crenças e valores constituem elementos constitutivos da construção democrática. Em outros termos, nesse trabalho, interpretamos a elaboração de um discurso democrático por parte dos entrevistados como, na pior das hipóteses, uma sensibilidade a respeito do significado e das implicações da cultura tradicional brasileira e do autoritarismo social para a democracia. Essa sensibilidade pode ser o primeiro passo para a difusão e o enraizamento de novas práticas culturais.

4

CATEGORIAS	Nº de entrevistas
1. Sindicatos de trabalhadores	10
2. Sindicatos de classes médias	8
3. Associações empresariais	8
4. Movimentos sociais urbanos	9
5. Movimentos sociais de caráter mais amplo (negros, mulheres e ecológicos)	10
6. Vereadores	7
Total de entrevistas	52

A democracia e o autoritarismo social

Nosso interesse era investigar em que medida uma concepção ampliada de democracia, que incorpora a democratização das relações sociais no seu conjunto, especialmente a recusa a práticas sociais e culturais responsáveis pelo autoritarismo social, estaria presente nesses vários setores. Ou, se a sua noção de democracia se encontrava vinculada a representações mais tradicionais, seja à garantia de direitos e liberdades civis, às condições da política institucional, ou ainda, a condições mínimas de igualdade econômica. Para isso, incluímos uma pergunta que pedia ao entrevistado que escolhesse qual dimensão lhe parecia mais importante para se dizer que um país é democrático (Tabela 1). As alternativas foram formuladas da seguinte maneira:

- *Que existam vários partidos políticos*
- *Que todos tenham alimentação e moradia*
- *Que brancos, negros, homens, mulheres, pobres e ricos, todos sejam tratados igualmente*
- *Que as pessoas possam participar de sindicatos e associações*
- *Que se possa criticar e protestar*

Nossa expectativa era a de que a desigualdade social e econômica fosse maciçamente privilegiada nas respostas, dado inclusive o caráter reivindicatório que marca a atividade política de grande parte dos entrevistados, bem como a conjuntura de crise econômica aguda que marcava a conjuntura vivida pelo país naquele momento⁵. Imaginávamos também que a participação em sindicatos e associações seria especialmente valorizada numa amostra construída exatamente com base nessa participação. No entanto, 58% dos entrevistados apontaram o *tratamento igual para brancos, negros, homens, mulheres, ricos e pobres* em 1º lugar. Para todos os setores, essa foi a dimensão priorizada.

O que os resultados indicam é que a existência do autoritarismo social e da hierarquização das relações sociais é percebida como um sério obstáculo à construção democrática, mais do que a desigualdade econômica ou a inexistência de liberdade de expressão, de organização sindical e partidária.

⁵ Quando realizamos as entrevistas – maio e junho de 1993 – Itamar Franco era o presidente da República. Ele havia assumido a Presidência em setembro de 1992, com o afastamento de Fernando Collor de Mello. Fernando Henrique Cardoso tinha acabado de assumir o Ministério da Fazenda. O país enfrentava uma inflação de 30,5% ao mês (dados de junho/93 – IPC/FIPE) e a taxa média de desemprego daquele ano no país era estimada em 5,32% (IBGE).

A distribuição desta preferência nos vários setores, indicada na Tabela 1, também é significativa. Essa percepção parece ser mais aguçada entre os movimentos sociais, tanto os de caráter mais amplo (70%), quanto entre os movimentos urbanos (67%), este certamente o setor mais penalizado pela desigualdade econômica. Entre os sindicatos de trabalhadores, a dimensão do tratamento igual foi priorizada por 60% dos entrevistados. As associações de empresários e de classes médias, setores certamente menos atingidos por esse autoritarismo social, ainda assim reconhecem claramente suas conseqüências para a democratização da sociedade (ambos em 50% dos casos). Os vereadores parecem ser comparativamente o setor menos sensível a essa dimensão (47%), e o comentário sobre a pergunta feito pelo representante do PFL, anotado pelo entrevistador, é significativo: *“Isso é besteira, democracia é tratar desigualmente os desiguais”*.⁶

Os movimentos sociais, urbanos e os sindicatos de trabalhadores afirmam aqui sua posição sobre a pouca importância da existência dos partidos como definidora da democracia, sequer mencionando essa dimensão, um dado que retomaremos adiante.

A dimensão do autoritarismo social está também presente na 'escala de democracia' incluída no questionário (Tabela 2). Aos entrevistados foi solicitado concordar ou discordar de afirmações que envolviam discriminação baseada em critérios de raça, gênero, classe social e educação. Reforçando a ênfase dada a essa dimensão entre as que definem a democracia, os dados desenham um perfil altamente democrático dos entrevistados como um todo, configurando um alinhamento consistente na recusa às desigualdades, inclusive as que tem como base a diferença. Dentro dessa homogeneidade, a maior consistência nessa recusa fica com os movimentos sociais, os urbanos e os sindicatos de trabalhadores, acompanhando a direção observada na escolha entre as várias dimensões da democracia. Os sindicatos de classes médias acompanham essa tendência. Já os empresários são o setor que apresenta resultados mais inferiores aos da amostra global, notadamente em duas questões referentes à discriminação baseada nas condições econômicas e na educação (itens nº 1 e 2 da Tabela 2). Como se observa, 50% deles concordam com a afirmação de que *“nas cadeias os presos com maior poder aquisitivo e educação devem ter as condições de conforto a que estão acostumados”*, e apenas 37,5% discordam da visão de que *“analfabetos e pessoas sem educação não têm condições de decidir sobre como o governo deve gastar o dinheiro público”*.

⁶ A sub-amostra dos vereadores inclui um representante de cada partido na Câmara de Vereadores: PT, PFL, PMDB, PSDB, PC do B, PP e PDT.

É preciso registrar que menos da metade dos membros dos movimentos urbanos discordaram da afirmação expressa no item 10 da Tabela 2 – “*Antes sobreviver em qualquer regime a morrer nesta democracia*”, frase retirada de uma faixa de protesto numa manifestação na época, realizada por mulheres de militares em Brasília, por melhores salários para a categoria. Se, por um lado, esse dado afirma uma prioridade concedida às condições econômicas em detrimento da democracia, essa prioridade não se confirmou nas respostas a outras perguntas. Por outro lado, é preciso reconhecer a heterogeneidade interna que caracteriza esse tipo de movimento, afirmada pela literatura e que impede qualquer generalização apressada sobre um inevitável compromisso democrático da totalidade de seus membros.

Esse conjunto de dados parece indicar que, em relação às dimensões da democracia (Tabela 1), as dimensões clássicas da democracia liberal, a liberdade de expressão, de organização e a existência de partidos, são provavelmente vistas como asseguradas e a ênfase é colocada na necessidade de aprofundamento e extensão da construção democrática. A presença do autoritarismo social e, secundariamente, a desigualdade econômica, dimensão que ocupou o 2º lugar, com 15,4% das respostas, constituem as duas questões centrais – claramente vinculadas, diga-se – em torno das quais se organiza hoje a luta pela cidadania.

Nesse sentido, a concepção da cidadania e da democracia que se delineia aqui parece ter como seu eixo articulador muito mais a idéia de uma sociedade democrática do que a de uma visão estrita de um regime político democrático, ou ainda, de um igualitarismo puramente econômico. Parece encontrar eco nos nossos resultados a ênfase numa visão ampliada do processo de construção democrática, com uma decorrente visão da cidadania enquanto uma proposta de novas formas de sociabilidade, de um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis, e não apenas na incorporação ao sistema político no seu sentido estrito, que integrava a concepção teórica da qual partimos. No mesmo sentido, esse alargamento do âmbito da nova cidadania, cujo significado e importância estão longe de se esgotar no seu resultado como aquisição formal-legal de um conjunto de direitos, parece estar presente na pouca importância dada por nossos entrevistados aos direitos civis e políticos tal como assegurados legalmente.

Por outro lado, essa ampliação implica, em relação à concepção liberal, que a nova cidadania transcende o foco privilegiado da relação com o Estado ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir fortemente a relação com a sociedade civil (DAGNINO, 1994 e 1998). O processo de construção da cidadania como afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade. Um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos, e

também, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com estes cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente. Isso supõe uma 'reforma intelectual e moral', para usar um termo gramsciano. Aí está exatamente a radicalidade da cidadania como estratégia política. Supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como arena política como o enraizamento do autoritarismo social.

Visões da política

As definições sobre o terreno da política – quem a faz, onde, como e sobre o quê; ou, em outros termos, seus agentes, seu espaço, modo de operação e agenda – constituem, da perspectiva teórica que orienta este trabalho, elemento fundamental na emergência de uma cultura democrática. É no embate entre as várias definições sobre a política vigente na sociedade brasileira que se delineia o processo de construção democrática. A consolidação de percepções que ampliam o âmbito da política nos seus vários termos é considerada, portanto, como condição do aprofundamento desse processo.

A visão de política que emerge dos resultados obtidos no conjunto da nossa amostra expressa uma concepção ampliada do espaço da política, que extrapola os limites da política institucional configurada pela ação do Estado e dos partidos e enfatiza o terreno da sociedade civil. Essa ampliação, conseqüentemente, se estende também aos agentes da política, quem faz ou deveria fazer política. Essa concepção ampliada se vincula para nós a uma concepção ampliada de democracia e expressa um questionamento dos modos tradicionais de fazer política ainda predominantes no país. Esses modos tradicionais se vinculam a uma visão oligárquica, largamente debatida pela literatura, na qual a política é considerada domínio de poucos, em uma visão elitista, autoritária e excludente que marca a nossa história republicana, reforçada por uma indistinção notória entre o público e o privado, responsáveis pelo personalismo, clientelismo, fisiologismo e as relações de favor que têm caracterizado o exercício da política (CARVALHO, 1990; O'DONNELL, 1989; DA MATTA, 1989; SALES, 1994).

Além disso, uma tradição centralizadora e estatista, que vê o Estado como agente fundamental das transformações na sociedade, forjada nos anos 1930 e partilhada tanto pela direita como pela esquerda, também é percebida como obstáculo à democratização efetiva da política brasileira (WEFFORT, 1984; COUTINHO, 1980). O fortalecimento da sociedade civil, ao se constituir nos anos 1970 como o único pólo possível de resistência democrática ao regime autoritário, lançou as bases de um processo que acabou transcendendo a eliminação da

ditadura e apontando para novos modos de fazer política. A emergência de novos sujeitos políticos, reivindicando o seu reconhecimento, participação, espaço e voz ativa, trouxe consigo essa concepção ampliada de política, vista como condição das possibilidades de democratização e conquista da cidadania.

A ênfase na sociedade civil enquanto ampliação do espaço da política não é propriamente surpreendente numa amostra como a que pesquisamos, cujo recorte é a participação em movimentos e organizações. Assim, 86,7% consideram que as suas respectivas associações têm função política, fazem política (Tabela 2A). Entre as razões mencionadas para essa avaliação, 33,3% se referiam ao fato de que essas associações defendem interesses de categorias, 24,4% porque os interesses defendidos estão inseridos nos problemas da sociedade e 8,9% porque elas articulam interesses (incluindo respostas combinadas nos três casos) – ver Tabela 3.

Está aqui claramente presente a idéia da socialização da política. Considerada condição para a socialização do poder, ela é definida como “a ampliação do número de pessoas e grupos empenhados na defesa de seus interesses específicos”, que expressaria “tendencialmente a passagem de uma democracia liberal clássica para uma democracia de massas” (COUTINHO, 1980, p. 26-7). Essa defesa de interesses é também majoritariamente mencionada como o objetivo dos movimentos e organizações pesquisados – 55,6% (Tabela 4).

No entanto, ao lado dessa ênfase na defesa de interesses como caracterizadora da ação política e como objetivo dos movimentos, que poderia vir a ser interpretada como uma tendência ao corporativismo, tantas vezes mencionada como problemática em relação à consolidação de um projeto democrático mais amplo, outras dimensões aparecem. A Tabela 3 mostra que 17,8% dos entrevistados declararam que a função política dessas associações expressar-se-ia no esforço de politização, organização e conscientização que elas representam. Parece possível interpretar a menção desses processos como uma referência à constituição de sujeitos políticos enquanto uma dimensão fundamental da ação política no interior de um projeto de construção da cidadania e de aprofundamento da democracia. Nesse sentido, eles constituiriam uma dimensão distinta, mais avançada, na direção de uma concepção ampliada da política, embora certamente não contraditória, em relação à defesa de interesses. A organização e conscientização são mencionadas por 29% (em 1º lugar) e por mais 15,6% (em 2º lugar) como sendo o objetivo dos movimentos e organizações dos quais participam (Tabela 4). Podemos incluir nessa mesma direção de análise a alternativa participação na política, um outro objetivo mencionado, embora minoritariamente, na amostra global (Tabela 4). A necessidade de organização e conscientização aparece novamente mencionada por 33,2% dos entrevistados (incluindo as respostas combinadas), quando perguntados sobre os motivos que os levaram à

participação (Tabela 5), enquanto 31 % mencionam a defesa dos interesses. É interessante destacar que 33,3% remeteram o motivo de sua participação a experiências anteriores, assinalando uma continuidade do envolvimento com a política.

Mais interessante, ainda, parece ser a análise de como os diferentes setores se comportam em relação a essas questões. Examinando os dados por setor, verificamos que os resultados globais escondem uma diferenciação significativa entre os setores que se expressa numa divisão entre dois blocos claramente distintos: de um lado, movimentos sociais de caráter mais amplo, movimentos urbanos e sindicatos de trabalhadores, e de outro, associações empresariais e de classe média. Essa distinção se configura de forma sistemática nos resultados como um todo e se revela especialmente clara, como veremos adiante, nas concepções sobre a cidadania. Não é uma distinção evidentemente surpreendente, na medida em que há um recorte socioeconômico claro na constituição dos dois blocos. A esse recorte se agrega outro, expresso na diferença de situações quanto às possibilidades de acesso à cidadania e à exposição ao autoritarismo social (Tabelas 3, 4 e 5).

Por outro lado, essa distinção é acompanhada por uma significativa homogeneidade do conjunto de percepções que se verifica entre movimentos sociais de caráter mais amplo, movimentos urbanos e sindicatos de trabalhadores, nos quais as diferenças socioeconômicas e educacionais não são desprezíveis, assim como também não o são as diferenças com relação às características específicas dos três tipos de movimento/organização. Essa homogeneidade está certamente relacionada com o que tem sido designado na literatura como um “campo ético-político” comum, forjado na experiência partilhada da transição democrática e nas “redes” que articulam esses movimentos e outros atores na luta pelo avanço desse processo. (SADER, 1988; BAIERLE, 1992; SCHERER-WARREN, 1993; DAGNINO, 1994; DOIMO, 1995; ALVAREZ e DAGNINO, 1995).

A maior ênfase na necessidade de organização e conscientização, seja na definição dos objetivos do movimento, do seu caráter político ou dos motivos para participar (Tabelas 4, 3 e 5, respectivamente), é encontrada nos movimentos sociais de caráter mais amplo: 60% mencionam objetivos, aos quais podemos adicionar 20% que mencionaram a participação na política; 50% mencionam caráter político; 40% mencionam motivos (70%, se incluirmos as respostas combinadas). Essa ênfase na conscientização e organização como modo predominante de fazer política está evidentemente ligada à própria natureza desses movimentos (negros, de mulheres e ecológicos), cujo objetivo principal é precisamente determinar mudanças nas crenças e comportamentos da sociedade e obter a adesão dos membros dessa sociedade aos princípios básicos que defendem, para que os internalizem como seus. Embora a defesa de interesses

concretos seja obviamente parte da sua luta, para as pessoas ligadas a esses movimentos sociais de caráter mais amplo, fazer política significa, principalmente, em suas próprias palavras, “propagar idéias”, “manifestar-se publicamente em sua defesa”, “educar”, “conscientizar as pessoas e organizá-las”. É o que mostram alguns dos depoimentos dos entrevistados:

“A entidade é política porque conscientiza as pessoas e demonstra a necessidade de organização.”

“À medida que você questiona a ordem patriarcal, isto é uma posição política, você está questionando uma política pública, como a educação é passada nas escolas. Questionar essas questões é uma posição política.”

“[O movimento] desenvolve trabalhos com educação que ajudam a modificar o comportamento.”

Os movimentos urbanos apresentam respostas mais diferenciadas internamente, o que parece reproduzir a heterogeneidade própria da realidade destes movimentos. Assim, a necessidade de organização e conscientização (isolada ou em combinação com outras razões) é mencionada em 33% dos casos como motivo para a participação, enquanto a defesa de interesses é indicada em 11,1% deles (Tabela 5). A defesa de interesses concentra 66,7% das respostas sobre os objetivos do movimento e, a organização e conscientização, 22% (Tabela 4). Em relação ao caráter político do movimento, 22,2% das respostas do setor privilegiam a organização e a conscientização e a mesma percentagem considera que seus interesses estão inseridos na transformação da sociedade como um todo (Tabela 3). E a conscientização e organização, ao lado da participação na política, reaparecem como objetivos do movimento para 22,2% dos entrevistados desse setor (Tabela 4). Mas este é o único setor que menciona a vontade de resolver problemas individuais dentre os motivos para participar do movimento (44,4%, Tabela 5).

Para os entrevistados ligados aos movimentos urbanos, fazer política está associado à defesa dos interesses do grupo ao qual fazem parte: água, asfalto, esgoto, moradia, transporte, saúde, educação etc, e também a atitudes como, pressionar órgãos públicos, se reunir em assembléias e discussões, debates, conscientizar as pessoas, reivindicar direitos, todas elas mencionadas nas entrevistas.

No caso dos participantes de sindicatos de trabalhadores, vale observar que, apesar de citarem, em grande parte, a defesa dos interesses da categoria como objetivo (60,0%), mencionam significativamente a necessidade de conscientização das pessoas (40%, Tabela 4), inclusive dentre os motivos que as levam à participação (Tabela 5). O significado da política para eles, recolhido também de seus depoimentos durante as entrevistas, parece estar intrinsecamente ligado à organização da classe trabalhadora, à representação da classe no conflito com o capital, à função de diálogo com outras várias instâncias representativas, a conscientização das pessoas e defesa dos interesses da categoria. Aqui também encontramos, como nos movimentos urbanos e sociais, práticas e representações ampliadas do que seja fazer política.

É possível inferir que o perfil dessa visão de política, que inclui a necessidade da conscientização da classe trabalhadora além da simples defesa dos interesses da categoria, está diretamente ligado à existência de um discurso mais amplo, incorporado através das relações com os partidos de esquerda. O PT e, minoritariamente, o PC do B, concentram as preferências dos 70% dos membros de sindicatos de trabalhadores que se identificam ou são filiados a partidos políticos (Tabelas 12 e 13).

Por outro lado, a concepção do que seja fazer política nas associações empresariais e nos sindicatos de classe média não inclui a necessidade de organização e conscientização, que sequer é mencionada quando se referem ao caráter político de suas organizações (Tabela 3), embora, para 25% dos empresários, apareça como objetivo de sua associação (Tabela 4) e em 12,5% (em combinação com a defesa de interesses) como motivo para participar de sua associação (Tabela 5). Essa concepção de política parece estar claramente marcada pela defesa dos interesses da categoria, já que 100% nos sindicatos de classes médias e 62,5% nas associações de empresários consideram ser este o objetivo de suas associações, e 50% de cada setor consideram que o caráter político delas é conferido por esta defesa de interesses (Tabela 3 e 4).

Nos depoimentos dos empresários, fazer política está fortemente ligado à defesa dos interesses da categoria e significa “*expor-se publicamente*”, fazer “*articulação*”, “*fazer parte de uma estrutura sindical patronal [no caso, a FIESP]*”, configurando atividades ligadas à categoria. É também o setor que recusa em maior grau a idéia de que suas associações tenham função política (Tabela 2A). Essa concepção tradicional de política é reforçada quando observamos a ênfase conferida aos partidos ou políticos como os agentes fundamentais da política (Tabela 8), mesmo quando inquiridos a respeito de sua visão normativa sobre quem deveriam ser esses agentes (Tabela 6).

Para os entrevistados ligados às associações de classe média, seu movimento tem função política porque defende os interesses da categoria ou luta pelo desenvolvimento e valorização da sua profissão e, dessa maneira, contribui para o bem público. Verificamos aqui como a concepção do que significa fazer política está ligada ao exercício da profissão, uma conexão que marca várias das dimensões da política para esse setor, inclusive sua própria visão de cidadania, como veremos adiante. Assim, por exemplo, a escolha do voto aparece em vários depoimentos como determinada pela profissão:

“Prefiro que sejam médicos [os candidatos em que vota].”

“Não é corporativismo, é questão de afinidade na maneira de pensar”

“Como meu representante [deputado ou vereador em quem votou] está ligado à minha área, há contato e informações sobre o que ele está fazendo.”

Ao lado das perguntas que investigam a percepção sobre a política que eles próprios fazem nos seus movimentos e organizações, duas outras focalizam as percepções dos entrevistados sobre o espaço e os agentes da política em geral. Os resultados reiteram uma concepção ampliada da política observada para toda a amostra, bem como através da distinção entre os dois blocos apontada acima.

Assim, à pergunta aberta sobre *'quem deveria fazer política'*, 46,2% respondem todos, o que, somado aos que responderam a sociedade civil e os trabalhadores, totaliza 67,4%. (Tabela 6 – as menções destes atores políticos em combinação com outros montam a 9,5%, elevando o total para 76,9%). Os partidos políticos foram mencionados por 23% e o governo não foi mencionado. Enquanto os partidos políticos receberam o maior número de menções entre os empresários (50%) e as classes médias (37,5%), os movimentos sociais de caráter mais amplo, urbanos e os sindicatos de trabalhadores concentraram suas opções na categoria todos. No caso dos dois primeiros setores, os partidos não foram sequer mencionados.

Na mesma direção, na pergunta aberta, sobre *“quem tem a maior responsabilidade para fazer do Brasil um país melhor”*, o conjunto dos entrevistados atribui predominantemente essa responsabilidade a toda a população (51,9%) e às organizações da sociedade civil (17,3%), num total de 71,1%, incluídas as

respostas que reuniram ambas as menções (1,9% – Tabela 7)⁷. O governo e os partidos foram mencionados por apenas 15,4% do total dos entrevistados.

Os movimentos urbanos, novamente, apresentaram um maior grau de diferenciação interna nas suas respostas (Tabela 7). Os entrevistados de associações empresariais, sindicatos de classes médias, assim como os de movimentos sociais de caráter mais amplo e de sindicatos de trabalhadores, mostraram uma preferência nítida pela alternativa toda a população, que recebeu mais da metade das preferências desses setores. Isso poderia comprometer a interpretação sobre as visões diferenciadas da política que distinguem os dois blocos de setores, mas essa aparente discrepância na visão dos empresários e classes médias, que estamos caracterizando aqui como mais restritiva, privilegiando as instâncias tradicionais da política institucional, se dilui se considerarmos a possibilidade de que (lembrando que a pergunta indagava de quem era “a maior responsabilidade para fazer do Brasil um país melhor”), para estes setores, a construção de “um Brasil melhor” não está necessariamente vinculada com o terreno da política e sua transformação, mas antes com outras dimensões e áreas de atuação por eles enfatizadas como, por exemplo, a responsabilidade individual no desempenho profissional, no empenho individual no cumprimento do dever etc, concepções que discutiremos mais adiante, no contexto da cidadania.

Quando a pergunta indaga especificamente quem deveria fazer política, a diferenciação entre os dois blocos reaparece claramente. Assim, a alternativa todos é a mais mencionada pelos entrevistados dos movimentos sociais (60%), movimentos urbanos (77,8%) e sindicatos (50%, incluindo respostas combinadas). A categoria trabalhadores, ausente entre empresários e classes médias, recebe 20% das respostas dos sindicatos, 11,1% dos movimentos urbanos e 10% dos movimentos sociais. Essa visão – que defende a ampliação dos agentes da política – expressa por setores caracterizados historicamente pela exclusão da política é claramente demarcada. Diferentemente, os partidos sequer são mencionados nas respostas dos membros dos movimentos urbanos e nas respostas dos membros dos sindicatos (10%) e nas dos movimentos sociais (10%) aparecem minoritariamente e em combinação com outros atores, como sociedade civil e “todos”. Para os empresários e classes médias, os partidos são apontados como os atores políticos por excelência (50% e 37,5%, respectivamente).

⁷ As organizações da sociedade civil, no questionário, foram referidas como: Associações de classe, sindicatos, movimentos sociais.

Nesse sentido, os partidos não parecem representar, do ponto de vista dos excluídos, instituições satisfatórias para confrontar a sua exclusão, uma avaliação certamente respaldada na realidade e compartilhada por analistas. Esses resultados retomam a já mencionada pouca importância dada aos partidos por esses setores enquanto definidores da democracia, presente na Tabela 1.

A insatisfação com a configuração vigente da política, os graus que assume e seus motivos, podem ser visualizadas se compararmos os dados das Tabelas 6 e 8. Em que pesem as diferenças já apontadas entre os setores, o caráter elitista e excludente da política no Brasil é identificado por todos eles. Ele pode ser observado no contraste entre as percentagens alcançadas pelas respostas mais democráticas e inclusivas, que privilegiam como agentes da política a sociedade civil, os trabalhadores e o conjunto da população, quando se trata de desenhar o cenário desejado (quando perguntamos “quem deveria fazer política”), e aquelas obtidas quando se trata de avaliar o quadro vigente da política brasileira (quando perguntamos “quem faz política”). A percepção da exclusão e a exigência de alteração do quadro existente, no sentido da sua democratização, são notórias no caso de setores como os movimentos urbanos e sociais de caráter mais amplo, mas ficam claras mesmo no caso daqueles setores que privilegiam o papel na política de agentes mais convencionais, como os partidos políticos: associações empresariais e sindicatos de classe média.

Achados que reforçam essa distinção entre as visões dos dois blocos de setores entrevistados aparecem nas respostas a uma pergunta adicional que indagava: “Para você, o que desempenhou o papel mais importante na queda do Collor?” (Tabela 20). As pessoas ligadas aos movimentos urbanos (66,7%), aos sindicatos de trabalhadores (60%, incluindo respostas combinadas) e aos movimentos sociais (50%) afirmaram que “o povo nas ruas” foi o responsável pela queda de Collor, enquanto entre os membros de associações empresariais e sindicatos de classes médias apenas 12,5% (em cada um) identificam esse agente da política como relevante. Esses dados contribuem para a interpretação de que a sociedade civil, principalmente para as pessoas ligadas aos movimentos urbanos, sindicatos e movimentos sociais, é reconhecida como um locus privilegiado da atividade política, para além da esfera institucional (como poderia indicar a resposta “os políticos no Congresso”, por exemplo).

Esta é diferente daquela dada pelos empresários, que apontaram que “a imprensa” foi a responsável pela queda de Collor (62,5%, incluindo respostas combinadas). Nesse sentido, para participantes dos movimentos urbanos, dos movimentos sociais e dos sindicatos de trabalhadores, o “povo” é identificado como sujeito político, atuando num espaço da política que escapa dos limites da institucionalidade formal.

Estado e partidos: visões da institucionalidade política

Em que medida essa concepção ampliada de política, que enfatiza o espaço da sociedade civil e a participação de todos é contraditória com uma concepção que enfatizaria a institucionalidade política e formas mais convencionais de participação, como os partidos, o voto etc? Como interpretar as percepções sobre os partidos encontradas entre movimentos sociais de caráter mais amplo, movimentos urbanos e sindicatos? Estaríamos aqui diante de dois modos radicalmente distintos e irreconciliáveis de fazer política? Teríamos aqui ainda a velha oposição movimento-partido, a recusa da política institucional, os movimentos de “costas para o Estado”, que marcaram tão profundamente uma certa visão da fase “heróica” dos movimentos sociais? (EVERS, 1984; DURHAM, 1984; CARDOSO, 1983).

Encontramos que a visão negativa do Estado é a majoritária nos nossos resultados (55,5% da amostra global, Tabela 21). Nas respostas sobre quem faz política no Brasil, o Estado é indicado por apenas um setor e, ainda assim, com apenas 10% das suas respostas (Tabela 8). Encontramos também que, junto com os partidos, o governo aparece apenas em 3º lugar na escolha daqueles que “têm responsabilidade por um Brasil melhor” (Tabela 7), e sequer é mencionado nas respostas abertas à pergunta sobre “quem deveria fazer política” (Tabela 6). Difícil imaginar que a crise do Estado no Brasil, acentuada e engordada nas suas múltiplas faces nos últimos anos, permitiria outras opiniões. O fantasma do “culto ao Estado”, traço fundamental da nossa tradição política autoritária e sério obstáculo na construção de uma cultura democrática, para o qual nos alertava a literatura sobre democracia há menos de uma década e meia, parece estar seriamente abalado (WEFFORT, 1984; COUTINHO, 1980). A identificação do Estado/governo como o agente fundamental da transformação claramente cede lugar a uma visão em que transformação é tarefa da própria sociedade.

Quanto à relação entre movimento e associações e os partidos, a opinião dos entrevistados não deixa dúvidas quanto à predominância da sua negação (84,4%), a qual é total no caso dos empresários e classes médias (Tabela 9). Para o conjunto da amostra, o motivo fundamental dessa negação é a manutenção da autonomia do movimento ou associação (37,8%), seguido pela necessidade de manter a sua neutralidade (24,4% – Tabela 9-2). Comprovando a vasta discussão sobre a autonomia na literatura sobre os movimentos sociais, esse foi também o motivo mais alegado pelos movimentos sociais (60%), seguido pela necessidade de manter a neutralidade do movimento (20%). Os movimentos urbanos dividem as suas razões para essa recusa entre a defesa da autonomia do movimento (22,2%) e a alegação que a relação com os partidos é clientelista (22,2%).

Os depoimentos nas entrevistas expressam essa necessidade de distanciamento e autonomia. Um membro do movimento negro declarou: “O movimento deve tomar as decisões”.

Um participante dos movimentos populares urbanos frisou:

“Não deveria ter relação, uma relação mais fechada entre os movimentos e alguns partidos, porque isso faz com que o movimento fique sem poder de decisão ou de deliberação [na relação] com outros partidos”.

No entanto, uma parte desses dois setores (movimentos sociais de caráter mais amplo e movimentos urbanos) reconhece a existência da relação (20% e 22,2%, respectivamente) e a avalia predominantemente como sendo de apoio dos partidos aos movimentos. No caso dos sindicatos, a relação com os partidos é admitida por 30%, e o apoio é mencionado, ao lado do reconhecimento da mediação entre os partidos e os sindicatos realizada pelas centrais sindicais (Tabela 9 e 9-1).

Se os empresários respondem negativamente e de forma taxativa sobre a relação de suas associações com os partidos ou políticos, seus depoimentos ao longo das entrevistas revelam uma opinião mais nuançada, indicando que se prefere o relacionamento pessoal com políticos a assumir publicamente a relação com eles e seus partidos:

“[A associação] procura alguém que tenha afinidade de idéias, pois algo tem que correr pelos canais políticos”.

“A política aceita é a do bom entendimento com todos os políticos. (...) o bom entendimento deve existir com aqueles que estão na gestão política, sempre”.

“[A associação] se relaciona com vários políticos para discutir questões que nos interessam. “

Se levarmos em conta que entre os objetivos da associação o mais citado por esses empresários foi a defesa de interesses da categoria, essa relação com políticos pode estar próxima das chamadas relações personalistas ou clientelistas. Segundo O'Donnell, a política em estilo clientelístico consiste em “conversas de cavalheiros”, na qual a base é a troca de apoios e “favores” (O'DONNELL, 1988). A fala de um entrevistado é interessante para mostrar como as relações de favor são pouco questionadas.

“[O político pode] conseguir um terreno para a associação, mas isso não significa que [a associação] vote nele. É uma decisão de cada um.”

O entrevistado afirma que a decisão de votar em quem distribui um favor é uma decisão pessoal e não questiona se este tipo de relação com políticos é correta ou não⁸.

Assim como no setor dos empresários, 100% dos entrevistados dos sindicatos da classe média dizem que sua associação não tem relações com políticos e partidos. Dentre os motivos que justificam esta distância estão a preservação da autonomia e o fato dos interesses defendidos pelo movimento e pelo partido serem excludentes. Assim,

“As posições políticas da [associação] são em defesa da sociedade em geral”,

e o interesse do partido não é identificado pelo entrevistado com o interesse da sociedade em geral. Ou então:

“Sindicato tem que fazer a política e a defesa dos trabalhadores,”

e o entrevistado acha que o interesse do partido é mais amplo.

Apesar de os sindicatos de classe média, tal como as associações empresariais, enfatizarem a política feita pelas instituições formais da democracia, eles aparentemente se afastam das relações personalistas que encontramos nos empresários. Diferentemente dos empresários, encontramos aqui um caso que remete de forma crítica à questão do clientelismo: o entrevistado afirma que não tem relação com o seu representante (deputado ou vereador em que votou) e nem gostaria de ter, porque acha errado fazer pedido pessoal e porque

“Pedido de ordem geral tem que fazer em benefício da coletividade e não de poucas pessoas.”

A relação entre movimentos sociais e a política institucional tem sido problematizada pela literatura, especialmente aquela sobre o período de sua emergência. A ênfase predominante na maior parte dessa literatura era colocada nas novas modalidades de funcionamento interno dos movimentos, que privilegiava

⁸ A esse respeito, ver nota 9.

a democracia direta, as relações igualitárias e a ausência de hierarquia e recusa de mecanismos de representação. Por um lado, destacava-se sua alegada rejeição dos partidos como modo de manter a unidade interna do movimento, evitando clivagens potencialmente fragmentadoras (DURHAM, 1984). Por outro, identificava-se sua atuação positiva enquanto contribuição à construção democrática como localizada na esfera societal, cultural, e não na da política institucional. Evers, por exemplo, ao mostrar como eram as relações dos movimentos sociais com as “estruturas políticas estabelecidas”, considerou que o engajamento nessas estruturas era o início da “decadência”, era a “porção retrógrada”, mas “necessária” da atuação desses movimentos. Segundo o autor, “o aumento potencial de acordo com o critério de poder paga o preço da diminuição, a longo prazo, do potencial sócio-cultural (...) quase que invariavelmente, mais poder significa menos identidade, mais alienação” (EVERS, 1984, p. 22).

A julgar corretas essas análises, poderíamos imaginar que os entrevistados desses setores desprezariam a política institucional, ou então, ao participarem dela, perderiam seu potencial transformador. Ao contrário, as entrevistas indicam que a valorização da democracia direta e da política feita pela sociedade não significa o desprezo à democracia representativa, mas sim a necessidade de torná-la efetivamente democrática. Ao mesmo tempo, evidenciam uma postura crítica da democracia representativa como a única e melhor forma de democratização da sociedade brasileira. Nesse sentido, a defesa da autonomia do movimento e a cautela no relacionamento com partidos, certamente baseada na longa história de manipulação e subordinação que é a história dos movimentos populares no Brasil, não podem ser interpretadas como uma rejeição da institucionalidade política. Ao contrário, encontramos nos nossos resultados uma valorização positiva dos seus mecanismos e instâncias. No entanto, se essa visão é positiva, ela não é complacente ou passiva, e incorpora a visão crítica desses mecanismos e instâncias que está na base da própria emergência dos movimentos sociais e da necessidade de serem ouvidos.

Para fundamentar essa interpretação, vamos examinar o conjunto de dados sobre os partidos políticos e sobre o voto (Tabelas 10, 11, 11-1, 12 e 13). Em termos gerais, os dados revelaram uma visão positiva dos partidos 88,9% das preferências da amostra global (Tabela 10). Do conjunto dos entrevistados, 68,9% são filiados ou se identificam com algum partido (Tabela 12). O PT é o partido mais mencionado (37,8%), seguido pelo PSDB (12,3%) e PMDB (9% – Tabela 13, incluindo respostas combinadas). Do total de entrevistados 82,2% votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório (Tabela 11) e a razão predominante é a importância do voto como forma de participação (53,3% – Tabela 11-1).

Os empresários, mesmo que entusiastas, como vimos, na defesa do papel dos partidos como agentes fundamentais da política, são o setor que apresenta o maior número de respostas com uma visão negativa dos partidos (Tabela 10) e um alto índice de não filiação ou identificação, discrepante no conjunto da amostra global (Tabela 12). Além disso, entre os motivos para votar sem obrigatoriedade, não mencionam as possibilidades de mudança ou chegada ao poder, que é o segundo motivo mais mencionado por todos os outros setores (Tabela 11-1).

No que concerne aos movimentos sociais, tanto os populares urbanos quanto os de negros, mulheres e ecológicos, como também os sindicatos de trabalhadores, a valorização positiva dos partidos é inequívoca (88,9%, 80% e 100%, respectivamente – Tabela 10). É importante lembrar que essa visão contrasta claramente com a visão da população brasileira em geral. Pesquisas nacionais realizadas em 1990 mostraram que 52,6% da população consideravam que “os partidos políticos só dividem as pessoas” e apenas 35% os viam como “indispensáveis à democracia”. Além disso, 61% disseram que “os partidos só defendem os interesses dos políticos” e 50% acreditaram que “os partidos políticos tornam a participação política mais difícil”⁹.

Como pode ser visto na Tabela 12, os entrevistados desses mesmos três setores se identificam ou são filiados a partidos políticos (88,9% dos movimentos urbanos, 70% dos movimentos sociais de caráter mais amplo, 70% dos sindicatos de trabalhadores), fato que contrasta muito com a relativamente baixa identificação partidária existente no Brasil, como afirma Meneguello ao apontar a ausência crescente de identificação partidária entre 1989 e 1994: “pesquisas realizadas com o eleitorado nacional sobre o grau de identificação partidária entre 1989 e 1994 indicam, de fato, uma alta proporção de indivíduos sem identificação com qualquer agremiação” (MENEQUELLO, 1994, p. 157).

O exercício do voto foi objeto de um conjunto de perguntas específicas do questionário, dado que a representação política nos interessava enquanto uma dimensão crítica do funcionamento das instituições políticas e do seu aprofundamento democrático. Os dados mostram que para os nossos entrevistados o que determina o voto são o programa e as idéias do candidato (51,1%) e o partido (28,9%) (Tabela 14). Relações pessoais, de amizade ou a simpatia dos candidatos praticamente não são mencionadas. Além disso, 75,5% declararam estar informados sobre o que faz o seu representante no Poder Legislativo (no caso, na Câmara de Vereadores) e 64,4% mantêm algum tipo de relação com ele, seja através da imprensa, de correspondência, grupos de discussão nos partidos ou contato pessoal (Tabelas 14-1 e 14-2, respectivamente). O nível de exigência da

⁹ Banco de Dados Nacionais – CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública), UNICAMP; DAT/BR90. Mar-00219.

amostra geral com respeito à relação de representação, que parece ser possível deduzir desses dados, se complementa com os resultados do item 14 da *escala de democracia* da Tabela 2, referente à necessidade de controle público dos eleitores sobre os políticos eleitos. A necessidade desse controle e da 'responsividade' (accountability) dos representantes eleitos é apoiada por 90,4% da amostra e o único setor que apresenta uma porcentagem inferior é, precisamente, o dos vereadores¹⁰.

Movimentos sociais e urbanos consideram o voto um instrumento importante de participação e de mudanças na sociedade e votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório (80%, 77,8%, respectivamente, nas Tabelas 11-1 e 11). A principal razão para isso é que o voto é uma forma de participar (50% dos entrevistados dos movimentos sociais e 44,4% dos movimentos urbanos) e, para alguns, constitui-se numa possibilidade de mudança (para 20% dos participantes dos movimentos sociais e 22,2% dos movimentos urbanos) (Tabela 11-1).

Quanto à decisão sobre em quem votar, este também é um ponto que comprova o quanto esses movimentos não desprezam a democracia formal. Dos membros dos movimentos urbanos e dos movimentos sociais 66,7% e 50% respectivamente escolheram seus representantes por suas idéias, por seu programa (a média geral para esta alternativa foi de 51,1% – Tabela 14). O nível de informação sobre a sua atuação é alto, sendo que 66,7% dos entrevistados dos movimentos urbanos e 70% dos movimentos sociais possuem um vínculo mais direto com eles. (Tabelas 14-1 e 14-2). Segundo seus depoimentos, não ficam informados apenas através de cartas ou da imprensa, mas participam de grupos de discussão com os eleitos (algumas vezes porque são filiados a partidos), ou estabelecem contatos com políticos no interesse de sua organização, ou ainda têm uma relação profissional ou de amizade com eles.

A visão dos movimentos sociais e urbanos sobre os partidos políticos e o voto é, portanto, uma visão crítica mas não negativa¹¹. Há uma demanda clara de aperfeiçoamento dessas instâncias de representação, tanto através de

¹⁰ A análise do setor dos vereadores nos fornece o "outro lado" da relação entre a institucionalidade política e os setores organizados da sociedade civil. Quando perguntamos se os eleitores deveriam controlar o seu representante na Câmara ou se eles deveriam confiar no representante e no que ele pensa, dos sete vereadores entrevistados, dois deles (do PDT e PFL) discordaram dos mecanismos de controle. O do PFL disse que só deve explicação ao seu partido e não aos seus eleitores. O do PDT não acredita que as pessoas votem conscientemente; para que elas pudessem cobrar algo dele, ele precisaria saber quem são seus eleitores. Uma visão distorcida da representação política, como se só pudesse haver cobrança por parte dos eleitores e não da população como um todo. Este é um exemplo próximo das relações personalistas encontradas no setor dos empresários, mencionadas anteriormente, quando os empresários revelaram manter relacionamentos pessoais com políticos.

¹¹ As opiniões dos membros de sindicatos de trabalhadores, como pode ser verificado nas tabelas correspondentes, acompanha as tendências verificadas entre os movimentos sociais e urbanos.

transformações na cultura política, como através da criação de novos mecanismos que possam expandir os limites da “democracia realmente existente”.

Assim, quando nenhum dos membros dos movimentos sociais menciona a existência dos partidos como indicadores significativos de um país democrático, (os movimentos urbanos os mencionam apenas em 2º lugar em 11,1% dos casos), ou como agentes fundamentais da política (enquanto os das associações empresariais e sindicatos de classes médias o fazem), como vimos anteriormente na Tabela 1, o que parecem estar dizendo é que a mera existência de partidos, tais como os existentes no Brasil, não constitui uma garantia de democracia. A eliminação das relações personalistas e clientelistas como critério para a escolha do voto, o fortalecimento das relações entre representantes eleitos e eleitores, a adoção de mecanismos de controle dos representantes eleitos, foram apontados pelos membros desses setores como exemplos não só de suas demandas em relação ao funcionamento das instituições democráticas formais mas também de práticas concretas por eles já adotadas:

“É possível acompanhar o trabalho [só] de alguns [vereadores], porque o político só mostra aquilo que ele quer que você saiba. Os vereadores não estão preocupados com a defesa dos direitos dos cidadãos. Quando se deseja valer realmente os direitos das pessoas é necessário que se faça pressão.” (Membro de movimento urbano)

“[Faço] parte de grupos de discussão no sindicato e no partido.” (Membro de movimento social)

“Discuto com ele [o representante eleito] questões políticas, cobrando dele ações políticas.” (Membro de sindicato)

O que então se delinea, a partir desse conjunto de dados, parece estar longe de configurar uma contradição entre a visão ampliada da política que caracterizamos acima e uma concepção mais tradicional, que privilegia a institucionalidade e as formas que ela assume na democracia liberal representativa. Essa visão ampliada da política não se expressa na recusa mera e simples das instituições políticas tradicionais, mas, retomando aqui o argumento inicial, parece significar a exigência do aprofundamento e da extensão do seu conteúdo democrático.

Esse mesmo nível de exigência é demonstrado por esse conjunto de setores em relação às suas próprias organizações associativas. Assim, verificamos que a valorização de mecanismos inclusivos de participação e tomada de decisão no interior de seus movimentos é clara entre os entrevistados dos movimentos sociais

e urbanos. Ao analisarem criticamente se suas organizações são democráticas concluem que, apesar da importância das assembléias e votações, da autonomia de cada organismo (mesmo quando existe uma coordenação nacional), da legitimidade de suas diretorias, é preciso haver mais participação, mobilização e uma democratização interna das decisões a serem tomadas. Isso é demonstrado nos depoimentos:

“Tá se tentando mobilizar de novo, que os moradores passem a participar e que a associação passe a ter mais credibilidade”

“Há assembléia, mas poderia haver maior participação das pessoas”.

Um entrevistado de uma das associações de moradores acha que deveria haver mais assembléias, reclama da pouca participação:

“Existe uma crise de ordem mundial onde as pessoas não acreditam nos sindicatos, partidos, Igreja. Há um desinteresse muito grande, então nós acabamos não fazendo essas reuniões. Isso é uma autocrítica, nós devíamos insistir mais”.

Por parte dos participantes dos movimentos sociais de caráter mais amplo, um membro do movimento ecológico aponta:

“Há pouca mobilização dos sócios, está restrita a poucas pessoas. Deve-se criar um fórum mais democrático de participação de sócios. Quem fala pela entidade é o presidente, ou o vice-presidente. A participação dos outros integrantes da diretoria é pouca, mais administrativa”.

O que queremos destacar com esses depoimentos é que a experiência vivida no interior dos movimentos sociais e urbanos parece ter permitido que esses atores percebessem a dimensão da participação e da mobilização de todos como crucial para a democracia. De acordo com essas frases, democracia, para esses dois setores, implica em participação e envolvimento de todos, inclusive na tomada de decisões e nas estruturas de poder dos movimentos e associações. Um membro do movimento dos “sem-teto” fez a seguinte crítica:

“O movimento poderia ser mais democrático se eles [o grupo do qual o entrevistado faz parte] ganhassem a eleição, [agora] só há uma pessoa que tem o poder sozinho”.

Por outro lado, a participação e o envolvimento de todos na tomada de decisões parecem ser vistos de outra forma pelos integrantes das associações de empresários e de classe média que, em geral, demonstram satisfação com o grau de democracia interna de suas associações. Perguntados sobre a sua forma de tomada de decisões, muitos afirmam:

“As decisões são tomadas de forma democrática (maioria de votos). Quanto ao fato das pessoas terem mais poder que outras, é possível dizer que as funções são preestabelecidas, são específicas para cada diretor. Existem diretores eleitos e o presidente toma a decisão em cima da vontade da maioria. Não existe forma mais democrática que esta.” (Membro de associação empresarial)

“Há uma hierarquia, mas o princípio é democrático: há assembléia. Na questão operacional há, sim, uma hierarquia, mas existe também ações do grupo que vêm de baixo para cima.” (Membro de associação empresarial)

Há também uma espécie de “naturalização” das hierarquias de poder no interior das associações: “*Tem pessoas que têm carisma, então ela acaba conduzindo*”, afirma um empresário; “*o presidente tem mais poder de decisão consultando a maioria da diretoria, procurando errar o mínimo possível*”, diz outro empresário.

O nível de exigência em relação ao aprofundamento dos procedimentos democráticos no funcionamento interno dos movimentos e associações é bastante distinto em cada um dos dois conjuntos de setores da nossa pesquisa. Essa diferença reforça a distinção de concepções que estamos apontando. Marcados por uma história de exclusão e subordinação, os setores subalternos retomaram seu processo de organização política a partir da década de 1970 buscando formatos organizacionais que privilegiassem a igualdade (DURHAM, 1984). Parece possível sugerir que foi exatamente a experiência dos movimentos sociais e urbanos enquanto experimentação e vivência de relações mais igualitárias, de mecanismos de democracia direta e de um espaço autônomo de organização política que tornou possível a visão crítica e a exigência de aprofundamento democrático que sustentam não só em relação a suas próprias organizações, mas que qualificam a sua valorização positiva dos mecanismos e instâncias da democracia representativa liberal.

A visão ampliada da política e da democracia reconhece o espaço da sociedade civil e as práticas sociais e culturais que constituem as relações sociais como um todo como terrenos da construção democrática. É desde a perspectiva

desses terrenos – que lhes são próprios e onde construíram a sua experiência – que os movimentos sociais no seu conjunto elaboram sua visão da institucionalidade política. No entanto, ao contrário de várias interpretações, esta visão formula uma relação não-antagônica e cumulativa com a esfera institucional da política, onde o que se evidencia não é a sua recusa, mas a exigência de seu aperfeiçoamento democrático.

Visões da cidadania

A análise da concepção de cidadania dos entrevistados foi um dos objetivos da pesquisa. Buscou-se investigar em que medida estava difundida uma visão redefinida da noção apontada na literatura como vinculada à experiência concreta das lutas dos movimentos sociais. Como já mencionado, a formulação dessa visão de cidadania no nível teórico sustenta a idéia de que ela se organiza a partir de um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política, integrando, portanto, a necessidade da transformação cultural como parte da construção democrática. Nesse sentido, a eliminação do autoritarismo social e a sua substituição por um código igualitário que ordene as relações sociais como relações entre sujeitos portadores de direitos se configuraria como desafio fundamental para a implementação da cidadania e a efetivação da democracia.

A dimensão do autoritarismo social, discutida acima como critério definidor de uma sociedade democrática, assume seu pleno significado no contexto da construção da cidadania. Para além da existência legal-formal de um conjunto de direitos, que se consolidou precariamente ao longo da nossa história recente e se encontra hoje em franca erosão sob a investida neoliberal, a cidadania no Brasil tem se caracterizado pela ausência. Uma ausência que se dá pela presença predominante do autoritarismo social e que transparece nas fórmulas encontradas pelos analistas que se dedicaram a pensar o caráter que a cidadania tem assumido na sociedade brasileira. Assim, seja a “estadania” do advento da República (CARVALHO, 1990), a “cidadania regulada” dos anos 30 e 40 (SANTOS, 1978), ou a “cidadania concedida” que se dissemina a partir do domínio do senhor de terras (SALES, 1994), a história da cidadania no Brasil é a história dos seus simulacros.

A indistinção entre a dimensão pública e a privada, entre as quais se transferem indiscriminadamente normas e critérios de comportamento, compõe o cenário que possibilita a configuração desses simulacros de cidadania, no qual o lugar do direito como equivalente universal foi preenchido pelo favor, pela dádiva, pela concessão regulamentada de benefícios, pelo privilégio. A inexistência do direito enquanto parâmetro das relações sociais configura e reforça a desigualdade perversa e as hierarquias que ordenam a nossa sociedade.

A recuperação e a redefinição da noção de direito como elemento fundante da cidadania têm sido apontadas na literatura que utilizamos como uma dimensão constitutiva da luta dos setores subalternos, especialmente entre os movimentos sociais, contra a exclusão que marca o seu lugar na sociedade. Nesse sentido, o seu processo de organização, que se constitui com força a partir da década de 1970, expressaria um movimento que tem como ponto de partida o reconhecimento das carências (DURHAM, 1984), a generalização das reivindicações que configuram um interesse comum e, finalmente, a sua universalização como direito. A transformação dos interesses coletivos em reivindicação de direito, em que o “direito a ter direitos” constitui um patamar básico, assinala assim o momento da emergência do que tem sido denominado como a “nova” cidadania. Para além da extensão a todos de direitos já existentes para alguns, ou da implementação concreta de direitos abstratamente definidos, esse “direito a ter direitos” se desdobra também na possibilidade da invenção, da criação de novos direitos, a partir de novos interesses comuns que consigam configurar-se em direitos, através da luta política.

Além das questões especificamente dirigidas à temática do autoritarismo social como padrão predominante de ordenamento sociocultural na sociedade brasileira, cujos resultados já examinamos, incluímos no questionário varias outras - questões que nos possibilitassem perceber em que medida esse diagnóstico sobre a cidadania no Brasil e as formulações teóricas sobre a nova cidadania encontravam respaldo entre os entrevistados. Além disso, queríamos investigar as concepções de direitos dos entrevistados dos vários setores e a importância que tem para eles essa noção como eixo central da cidadania.

O diagnóstico sobre os limites da cidadania é nitidamente compartilhado pelo conjunto dos entrevistados. Nas respostas à questão “*você é tratado como cidadão?*”, a maior parte dos entrevistados (57,8%) respondeu negativamente. Contudo, é importante observar a distribuição dessas respostas entre os vários setores: a maior parte dos empresários entrevistados (75%) e das associações de classe média (62,5%) respondeu que é tratada como cidadã, enquanto entre os movimentos sociais, os movimentos urbanos e os sindicatos prevaleceu a resposta de que não são tratados como cidadãos (90%, 44,4% e 90%, respectivamente – Tabela 15).

A percepção do tratamento desigual enquanto uma manifestação da desigualdade social e econômica reaparece constantemente de diversos modos nas falas dos entrevistados como impeditiva da cidadania. Explicando sua afirmação de que não são tratados como cidadãos, muitos entrevistados se referem à discriminação, à marginalização e à falta de respeito que sofrem no seu cotidiano. Naturalmente, são os discursos dos membros dos movimentos urbanos, movimentos sociais e dos sindicatos que enfatizam a falta de respeito dos seus direitos de cidadania:

“Há diferenças de tratamento entre ricos e pobres” (...) “Não sou tratada totalmente como cidadã, há muita discriminação.”

“Pobre nunca é tratado como cidadão, é sempre marginalizado.”

“Não me considero cidadão porque há desigualdade e meus direitos não são respeitados.” (...) “Só sou tratado como cidadão porque tenho um cargo na associação, como cidadão comum não sou tratado.”

“O Estado e a sociedade colocam o negro como cidadão de segunda classe (...) a polícia aborda as pessoas na rua.”

‘[Iniciou a participação no movimento] porque eu sou negro, nasci na comunidade negra e a dificuldade com emprego e estudo foi muito grande. Nós não temos espaço na sociedade, nós não temos o espaço que legalmente temos direito.’

Esses depoimentos estabelecem vínculos claros entre a ausência de cidadania e o autoritarismo social, construído com base em critérios de classe, raça, gênero. Assim, na tradição hierárquica e autoritária da sociedade brasileira, ser pobre significa não só a privação material, econômica, mas ser submetido a regras culturais que implicam no não-reconhecimento como sujeito portador de direitos; como aponta Telles, a pobreza é um sinal de inferioridade, uma maneira de ser que incapacita o indivíduo para o exercício de direitos, naquilo que a autora chamou a “incivilidade” da nossa sociedade (TELLES, 1993).

Alguns entrevistados das associações de classe média e de empresários apontam o outro lado da questão, isto é, ao explicarem sua condição de cidadãos, reconhecem explicitamente que a cidadania no Brasil é privilégio de alguns:

“Tem um fator importante que é que eu tenho dinheiro, mas [e] quem não tem?”

“Quem tem dinheiro tem todos os direitos, os pobres é que não tem. A classe média tem todos os direitos no Brasil.”

“Nem todos são tratados como cidadãos pelas instituições brasileiras.”

A constatação de que não são tratados como cidadãos não impede que a maioria dos nossos entrevistados, independentemente do setor, se considere como tal (Tabela 18). A análise dos motivos para esse auto-reconhecimento também revela uma diferenciação entre os setores, delineando concepções distintas sobre a natureza da cidadania. Essa distinção reproduz aquela apontada anteriormente em relação às visões da política e diferencia, de um lado, os entrevistados das associações de classe média e das associações de empresários e, de outro, os membros dos movimentos sociais de caráter mais amplo, dos movimentos urbanos e dos sindicatos.

Entre os entrevistados dos movimentos sociais, urbanos e dos sindicatos, o motivo mais apontado para se considerarem cidadãos foi o fato de que lutam por sua cidadania (Tabela 19). O significado dessa luta se relaciona com a percepção de que os direitos não constituem mera dádiva, mas devem ser conquistados pelos cidadãos e pela sociedade como um todo. Respondendo sobre quais direitos tinham, os entrevistados desses setores afirmam:

*“Tem o direito de votar, reivindicar, falar o que pensa, organizar-se.”
(Membro de sindicato)*

“Consigo exercer o processo de militância que grande parte da população não tem.” (Membro de sindicato)

*“Luto por meus direitos e pelos direitos de todos e brigo pelo certo.”
(Membro de movimento urbano)*

Essa visão da cidadania como luta, como uma conquista de sujeitos políticos ativos, ao lado da sua afirmação de que já tiveram que lutar por direitos (Tabela 17) e da visão que têm de suas entidades associativas e de sua participação nelas, enfatizando a necessidade de conscientizar/ organizar a sociedade (Tabelas 3, 4 e 5) nos permitem crer que, para esses setores, a construção da cidadania é, antes de tudo, uma tarefa cotidiana da própria sociedade, dos que se querem cidadãos. Há que se superar o autoritarismo social para se construir a cidadania e, ao que parece, a maneira de superá-lo é através da luta, da organização, da militância política. Nesse sentido, essa concepção está intimamente relacionada à visão de política desses setores examinada antes, que afirma a ampliação dos espaços e dos sujeitos da construção democrática e da própria política.

De outro lado, a visão de cidadania e direitos que se configura a partir das respostas dos membros de associações empresariais e sindicatos de classes médias parece obedecer a outras lógicas e revela ênfases bastante distintas.

Para os empresários, a noção de direitos e, portanto, a visão de cidadania, estão, em primeiro lugar, relacionadas ao cumprimento de deveres por parte dos indivíduos (Tabela 19). Como explicita um empresário entrevistado,

“Nós temos que conquistar nossos direitos. Se você não exercita o dever, não conquista o direito. Se não trabalha, não tem salário. Não se pode extrapolar os deveres, senão perde-se os direitos”

Outro empresário diz que se considera cidadão,

“Porque tenho consciência das minhas responsabilidades, dos meus deveres, dos meus direitos, eu cumpro com minhas obrigações, aquilo que é exigido de mim, a minha parcela de contribuição eu dou para ter exatamente direito à cidadania”.

A idéia do cumprimento de deveres está associada ao fato de pagar impostos com a contribuição que dão ao Estado. Desse modo, direitos e cidadania devem ser garantidos pelo Estado para aqueles que, individualmente, cumprem sua parte. Assim, subjacente à concepção de direitos e de cidadania desse setor, parece estar a idéia de que há um contrato entre indivíduo e Estado, segundo o qual alguns deveres têm que ser cumpridos para que se receba as contraprestações da parte contratada, isto é, os direitos e a cidadania. De acordo com tal concepção é perfeitamente cabível – e legítimo – que, numa sociedade, alguns sejam tratados como cidadãos e outros não.

Na concepção de cidadania dos entrevistados das associações de classe média encontramos uma marca distintiva. Eles se consideram cidadãos basicamente porque exercem uma profissão: esse é o motivo mais indicado por esse setor (50% – Tabela 19). A profissão é tratada por alguns como um privilégio e por outros como a forma através da qual participam da vida em sociedade:

“Sim, eu me considero cidadão pelo trabalho que tenho feito em prol do desenvolvimento da minha profissão em meu país.”

“Dentro do espaço de trabalho procuro resgatar a cidadania que, perdida, desencadeia o empobrecimento do país que se deu com o regime militar.”

“Minha profissão é supervalorizada. Médico tem uma imagem de doutor. Na comunidade sou muito bem visto como médico.”

“Sim, «me considero cidadão» pois nasci bem inserido no contexto social e busquei estudar.”

A valorização da profissão por esse setor é explicitada também em outros momentos das entrevistas: alguns entrevistados afirmaram, entre outras coisas, que os políticos devem representar também os interesses dos grupos profissionais. Afirmaram ainda que se mantêm informados sobre o que os candidatos que elegeram estão fazendo, dado que exercem a mesma profissão que o representante eleito.

Essa valorização da profissão, e o papel que desempenha na concepção de cidadania desse setor, talvez encontre suas raízes na própria origem da definição da cidadania no Brasil, na chamada “cidadania regulada” dos anos 30, descrita por Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1987). Nessa concepção, que presidiu no Brasil a formulação da maioria dos direitos sociais, estes não só foram restritos a uma categoria específica – os que trabalhavam – como estavam garantidos apenas àqueles que tivessem suas profissões regulamentadas pelo próprio Estado. Desse modo, eram cidadãos somente os que tinham suas profissões definidas em normas legais, deixando-se de lado o código político característico da definição de cidadania, bem como seu caráter universalista. A cidadania era, portanto, privilégio de alguns.

Por outro lado, uma outra justificativa possível para a relação entre profissão e cidadania pode se referir ao fato do *status* dos setores de classe média, especialmente com a sua deterioração econômica progressiva nas últimas décadas, derivar, fundamentalmente, dos resquícios de prestígio ligados às profissões que exercem.

O que essas duas visões específicas, vigentes entre empresários e classes médias entrevistadas, têm em comum é a ausência da dimensão universal da cidadania e dos direitos. De fato, o que está implícito em ambas as visões é a idéia de uma cidadania restritiva, excludente, em confronto com a idéia universalista de cidadania que instaura uma comunidade de cidadãos iguais. A referência ao autoritarismo social, tão recorrente na visão dos movimentos sociais, dos movimentos urbanos e dos sindicatos, recorrente pelo seu caráter impeditivo da cidadania, também aparece entre os empresários e as classes médias, mas com seu sentido perversamente invertido. Assim, alguns entrevistados desses setores afirmaram ser tratados como cidadãos justamente devido aos privilégios que o autoritarismo social reproduz e legitima: porque têm dinheiro, porque sua profissão tem prestígio social, porque têm educação, etc. Apesar da visão crítica que alguns de seus membros formularam sobre o autoritarismo social, não encontramos nesses setores indícios de uma concepção alternativa do significado da cidadania e dos direitos.

No mesmo sentido, a referência à cidadania enquanto luta cotidiana por direitos não é enfatizada por empresários e classes médias. Não surpreendentemente, a luta pela conquista de direitos é uma problemática distante destes dois setores, como mostra a Tabela 17. Em resposta a se já tinham tido que lutar por direitos, foram os únicos setores que declararam nunca ter precisado “lutar por direitos” (25% para cada um) e dos quais nenhum entrevistado afirmou ter alguma vez lutado por direitos sociais ou novos direitos.

Uma outra dimensão que permite distinguir as duas concepções de cidadania que parecem se configurar nestes dois grandes conjuntos de setores é o caráter coletivo ou individual atribuído à cidadania e aos direitos. A própria ênfase na cidadania enquanto luta – a principal característica da visão dos movimentos sociais, movimentos urbanos e dos sindicatos – pressupõe, desde logo, o caráter coletivo dos direitos a serem conquistados. A ênfase na necessidade de conscientização e organização com que esses setores qualificam a atividade política, já discutida, expressa exatamente essa visão da construção da cidadania como um processo coletivo. Assim, por exemplo, para um membro do movimento de mulheres,

“A sociedade justa não está só no governo. É necessário cumprir a sua parte. Ser cidadão é ter essa consciência.”

Além disso, esse caráter coletivo é explicitado por vários depoimentos onde transparece a idéia de que não apenas o processo de conquista da cidadania tem que ser coletivo, mas a própria condição de cidadão só pode ser entendida com referência ao conjunto da sociedade.

Assim, por exemplo, uma entrevistada dos movimentos sociais afirma:

*“Não [sou tratada como cidadã] porque me sinto impotente diante de tantas denúncias.
Para onde é canalizado o nosso dinheiro? E o desemprego?”*

Um outro entrevistado dos movimentos sociais diz não se sentir tratado como cidadão porque a “massa” não é tratada como cidadã:

“Não [sou tratado como cidadão]. As coisas no Brasil se tomam pela massa. Como a maioria da população não tem a rotina de discutir seus direitos e cidadania, não somos tratados como cidadãos”.

Um outro ainda, desse mesmo setor, elabora o que parece ser entendido como um processo no qual a consciência dos direitos no nível estritamente individual não é suficiente:

“O direito que eu queria ter era de ser um cidadão livre, a sociedade em geral ser livre. Como eu sou comerciante, eu já tive dois empregados brancos que se demitiram por eu ser patrão negro, e eu lutei para que eles entendessem que estavam errados.” (Membro de movimento negro)

É preciso destacar o fato de que, para os movimentos sociais de caráter mais amplo como os que entrevistamos (de negros, mulheres e ecológicos), a própria natureza de suas demandas tende a determinar uma referência coletiva com respeito à cidadania e aos direitos. O caso mais evidente é o do movimento ecológico, que dificilmente poderia sustentar uma ênfase individual na definição do direito à qualidade de vida, por exemplo.

Diferentemente, entre os membros de associações de empresários e classes médias, parece prevalecer uma concepção individual de direitos, onde eles serão – ou não – assegurados pelo desempenho e esforço individual de cada cidadão: a capacidade de cumprir seus deveres, pagar seus impostos, de exercer uma profissão (no limite, de ter um emprego), de se educar e se informar sobre seus direitos etc. Vejamos como alguns dos empresários entrevistados expressam essa visão:

“[Considero-me cidadão] porque [faço] parte de uma sociedade, tento desempenhar meu papel da melhor forma possível, [dou] emprego, [pago] impostos. Mas não [tenho] o retorno que o Estado deveria dar, assim como [meus] funcionários também não dão esse retorno”.

“[Sou cidadão] por poder livremente externar os meus sentimentos, saber e reivindicar os meus direitos. Eu sempre me vi como cidadão até mesmo na época da chamada ditadura. Eu entendia que naquela época eu também era um cidadão. Logicamente reivindicando o que me era direito sem jamais entrar no território alheio”.

“Eu entendo que [sou tratado como cidadão] porque sempre respeito os direitos alheios e ao fazer isto também vejo os meus direitos respeitados”.

“[Os direitos que acho que tenho são] o direito de trabalhar, de ir e vir, de externar meus sentimentos onde eu entender, se forem necessários, mas principalmente direito e obrigação de respeitar os meus vizinhos, os meus concorrentes”.

“[Considero-me cidadão porque] tenho responsabilidades. Eu falo, represento, sou formador de opinião, sou utilizador dos direitos”.

Espera-se então que este desempenho individual seja reconhecido com a sua contrapartida, a cidadania. E esse reconhecimento tem, nessa concepção, um agente privilegiado: o Estado. Esse privilégio do Estado/governo como instância garantidora da cidadania aparece aqui definido pela sua negatividade, pela identificação da sua incapacidade e ineficiência para cumprir esse papel:

“O governo não me trata como cidadão” (...) “falta segurança, polícia” (...) “sou tratado como cidadão, mas poderia ser melhor se houvesse uma mudança no governo.”

“Se tivéssemos uma tributação mais organizada, estaríamos nos sentindo cidadãos plenos”. “Hoje quem usurpa o direito de cidadania é o governo”.

“[Sou tratado como cidadão, mas não é satisfatório porque] a segurança é falha. O policial não é motivado. O tratamento que recebemos não se compara ao que o cidadão sueco recebe”.

E, para um outro empresário, numa curiosa e significativa inversão, uma vez que o Estado é incapaz de garantir os direitos, a solução não é a luta pela transformação social ou por um governo diferente, mas a eliminação desses direitos:

“Com os militares os direitos foram suspensos. Hoje se têm direitos básicos (liberdade, expressão, informação). E também direitos do consumidor, direito à educação, o estatuto do menor. Mas na prática esses direitos não existem muito. E isso não é real. As coisas deveriam ser compatíveis. Esses direitos não deveriam existir pois na prática não são eficazes”

Na visão de cidadania dos membros das associações empresariais, a ênfase na responsabilidade do Estado ocupa o papel destinado ao conjunto da sociedade na concepção do outro conjunto de setores. Nesse sentido, esta visão de cidadania

se encontra muito mais próxima de uma visão liberal clássica, confinada à relação Estado-indivíduo. Diferentemente, os movimentos sociais, urbanos e os sindicatos de trabalhadores formulam uma visão de cidadania que afirma o papel dos atores coletivos como criadores de direitos, bem como da própria sociedade como uma instância legitimadora e garantidora de direitos ao lado do Estado. Essa visão subjaz à inequívoca identificação do autoritarismo social como responsável pela negação de direitos, afirmada por esses setores, e reproduz os elementos fundamentais da concepção ampliada da política e da democracia que encontramos na pesquisa.

A visão de cidadania das associações empresariais e de classe média revela não apenas o individualismo que estrutura sua noção de direitos mas a ausência de uma crítica mais consistente ao estatuto e alcance que a cidadania tem hoje no Brasil. Assim, ao confinarem a cidadania a um contrato individual no qual se ajustam direitos e deveres, ou aos limites do exercício profissional, esses setores não parecem visualizar a conquista e o exercício da cidadania como projetos de transformação da sociedade e, portanto, não reconhecendo sua natureza propriamente política. No caso dos empresários, essa transformação se restringe à mudança de governo, parte incapaz do contrato.

Diferentemente, para os movimentos urbanos, sociais e sindicatos, a cidadania assume o caráter de estratégia política e de projeto de transformação e seus vínculos com as desigualdades que organizam a sociedade brasileira são claramente explicitados.

Do mesmo modo, apesar do reconhecimento do autoritarismo social, das práticas sociais e culturais que reproduzem a desigualdade e obstaculizam a construção democrática, afirmado por associações empresariais e de classes médias na Tabela 1, ele permanece alheio à sua concepção de cidadania. Mais do que isso, em alguns casos, são as próprias dimensões constitutivas desse autoritarismo social que configuram a afirmação dos direitos desses setores. No caso das associações de classe média, evidentemente associações profissionais onde a “defesa da profissão” parece ser central, são significativos não apenas a ausência de uma postura crítica em relação às hierarquias e privilégios que diferenciam “doutores” e trabalhadores “comuns” nas práticas sociais e culturais em nosso país, mas a adoção desses privilégios como critérios de afirmação de cidadania.

Para os movimentos sociais, urbanos e sindicatos, essas mesmas hierarquias e privilégios e a discriminação que acarretam são constitutivas da ausência de direitos. Nesse sentido, o vínculo que estabelecem entre cidadania e uma cultura igualitária e democrática qualifica e reafirma o seu enfático reconhecimento do autoritarismo social como obstáculo à democracia.

Conclusões

As principais conclusões que resultam de nossa pesquisa podem ser resumidas em cinco pontos principais:

1. O autoritarismo social, expresso no tratamento desigual – baseado predominantemente em critérios de classe, raça, gênero e etnia – que pervade o conjunto das relações sociais no Brasil é reconhecido pelos entrevistadores como o critério mais importante para julgar se um país é democrático ou não, em detrimento de critérios consagrados, tais como liberdade de associação e expressão, existência de partidos políticos, igualdade econômica etc.

Esse resultado, se pode ser interpretado como um reconhecimento inequívoco da importância da transformação de práticas sociais e culturais para a construção democrática, apresenta graus de elaboração e implicações que são distintos nos vários setores pesquisados.

2. Há diferenças significativas nas concepções de política – seus agentes, espaço, modo de operação e agenda – entre dois blocos da amostra. Membros de movimentos sociais de caráter mais amplo, movimentos populares urbanos e sindicatos de trabalhadores, por um lado, apresentam uma concepção ampliada da política e da democracia, enquanto participantes em associações empresariais e sindicatos de classes médias, por outro lado, têm delas uma visão mais restrita e tradicional.

3. Essas diferenças se reproduzem nas percepções sobre cidadania e direitos e configuram, por um lado, a visão de uma cidadania ativa e coletiva, na qual o critério fundamental será a luta ou não por direitos e, portanto, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos políticos, a ser travada no espaço da sociedade como um todo, defendida por movimentos sociais de ambos os tipos e sindicatos de trabalhadores; por outro lado, membros das associações empresariais e sindicatos de classes médias percebem a cidadania de modos mais tradicionais, como um contrato entre indivíduo e Estado, vinculada aos direitos individuais, assegurados pelo cumprimento de deveres, pelo status profissional e pelos recursos econômicos.

4. Há uma significativa homogeneidade no conjunto de percepções que se verifica entre movimentos sociais de caráter mais amplo, movimentos urbanos e sindicatos de trabalhadores, reforçando a existência do que tem sido designado na literatura como um “campo ético-político” comum, forjado na experiência partilhada da transição democrática e nas “redes” que articulam esses movimentos (a despeito de suas diferenças) e outros atores na luta pelo avanço desse processo.

5. A ênfase na ampliação do espaço da política e dos seus agentes, o que designamos aqui como uma concepção ampliada da política, não significa uma recusa da institucionalidade e seus mecanismos e instâncias tradicionais por parte

dos três setores que a privilegiam, mas coexiste com o reconhecimento da importância e validade da atuação dentro dessa institucionalidade. Esse reconhecimento, por sua vez, é acompanhado de exigências quanto à ampliação e aprofundamento do caráter democrático dessas instituições. Nesse sentido, os movimentos sociais de modo geral não estão “de costas” para a política institucional e o âmbito de sua atuação e os objetivos a que se propõem incluem também esse domínio da política, sem reproduzir a segregação tão enfatizada na literatura produzida nos anos 1980.

Tabela 1
Dimensões da democracia

		Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Vereadores	Amostra Geral
1º Lugar	partidos políticos	12,5	12,5	--	--	--	14,3	5,8
	alimentação e moradia	12,5	25,0	10,0	11,1	20,0	14,3	15,4
	tratamento igual	50,0	50,0	60,0	66,7	70,0	42,9	57,7
	participação em sindicatos e associações	12,5	--	10,0	22,2	--	14,3	9,6
	liberdade de expressão	12,5	12,5	10,0	--	10,0	14,3	9,6
2º Lugar	partidos políticos	12,5	12,5	--	11,1	--	14,3	7,7
	alimentação e moradia	25,0	37,5	10,0	22,2	40,0	28,6	26,9
	tratamento igual	25,0	12,5	10,0	11,1	20,0	14,3	15,4
	participação em sindicatos e associações	12,5	12,5	30,0	11,1	20,0	14,3	17,3
	liberdade de expressão	25,0	37,5	60,0	22,2	10,0	14,3	28,8
total		100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: “Na sua opinião, o que é mais importante para se dizer que um país é democrático?”

Tabela 2
Escala de democracia
 (% dos indivíduos que discordam das afirmações abaixo)

	Empre- sários	Classe Média	Sindi- catos	Movim. Urbanos	Movim. Sociais	Vereadores	Amostra Geral
1.(*) "nas cadeias os presos c/ maior poder aquisitivo e educação devem ter as condições de conforto a que estão acostumados"	50,0	87,5	100	100	100	100	90,4
2.(*) "analfabetos e pessoas s/ educação não têm condições de decidir sobre como Governo deve gastar dinheiro público"	37,5	87,5	80,0	88,9	100	100	82,7
3.(*) "homens são mais adequados que mulheres para cargos de maior responsabilidade e poder de decisão"	100	100	100	88,9	90,0	100	96,2
4.(*) "casamentos entre brancos e negros são muito complicados e devem ser evitados"	87,5	87,5	100	100	80,0	85,7	90,4
5.(*) "no Brasil só é pobre e favelado quem quer"	87,5	100	100	100	90,0	85,7	94,2
6.(*) "os homens devem dividir a educação dos filhos e serviços da casa com as mulheres p/ que elas possam ter também uma profissão"	75,0	100	90,0	88,9	90,0	100	90,4
7.(*) "no Brasil há pobres e ricos mas todos são tratados como iguais e têm os mesmos direitos"	87,5	100	100	88,9	80,0	100	92,3
8.(*) "a pouca vontade de trabalhar e a falta de iniciativa das pessoas são as grandes responsáveis pela pobreza no Brasil"	87,5	87,5	90,0	77,8	70,0	71,4	80,8
9.(*) "a raça negra é mais forte e seus membros são mais adequados p/ o trabalho braçal do que p/ o trabalho intelectual"	100	87,5	90,0	88,9	90,0	100	92,3

10.(*) "antes sobreviver em qualquer regime a morrer nesta democracia"	62,5	75,0	100	44,4	80,0	85,7	75,0
11.(*) "se cada grupo defender só seus interesses, ninguém defende o interesse do Brasil"	87,5	87,5	80,0	88,9	50,0	85,7	78,8
12.(*) "a responsabilidade pela incompetência e desonestidade dos políticos é do povo que os elegeu"	62,5	37,5	20,0	44,4	40,0	42,9	40,4
13.(*) "o Brasil precisa de um governo forte para acabar com essa desordem em que vivemos"	62,5	100	100	88,9	80,0	85,7	86,5
14.(*) "se os políticos que elegemos fossem ficar dando satisfações aos seus eleitores, não teriam condições de exercer seu mandato livremente"	87,5	100	100	88,9	90,0	71,4	90,4
15.(*) "o país só vai para a frente se cada categoria defender seus interesses"	87,5	62,5	80,0	77,8	80,0	71,4	90,4

(*) frases utilizadas para desenvolver o que denominamos de autoritarismo social/ nas frases 6, 11 e 12, para constituir a escala de democracia são utilizadas as porcentagens dos indivíduos que concordam com a frase.

Fonte: Pesquisa CUL TURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Você concorda ou discorda das seguintes afirmações:

Tabela 3
Razões da função política dos movimentos e associações

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
1. conscientização e organização	-	-	-	22,2	50,0	15,6
2. defesa de interesses	50,0	50,0	30,0	11,1	-	26,7
3. articulação de interesses	12,5	-	-	11,1	10,0	6,7
4. interesses do mov. inseridos na sociedade	12,5	12,5	40,0	22,2	20,0	22,2
5. profissão como contribuição à sociedade	-	37,5	-	-	-	6,7
6. relação com Partidos e órgão públicos	-	-	-	22,2	-	4,4
outras respostas	25,0		10,0	11,1	10,0	11,1
combinação de 1 e 2			10,0			2,2
combinação de 2 e 3					10,0	2,2
combinação de 2 e 4			10,0			2,2
total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Seu movimento tem função política? Se sim, por quê?

Tabela 4
Objetivos dos movimentos e associações (% das citações)

1º lugar	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
defesa de interesses	62,5	100	60,0	66,7	-	55,6
2º lugar	37,5	-	-	-	10,0	8,9
convívio social	-	-	-	-	10,0	2,2
2º lugar	12,5	25,0	10,0	-	-	8,9
participação na política	-	-	-	11,1	20,0	6,7
2º lugar	-	25,0	20,0	22,2	10,0	15,6
conscientização / organização	25,0	-	40,0	11,1	60,0	28,9
2º lugar	-	12,5	20,0	11,1	30,0	15,6
assistencialismo	-	-	-	11,1	-	2,2
2º lugar	12,5	-	10,0	-	10,0	6,6

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Quais são, para você, os objetivos de seu movimento ou de sua associação?

Tabela 5
Motivos que levaram à participação nos movimentos e associações (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
1.organiz. política/ conscientização	-	-	10,0	11,1	40,0	13,3
2.defesa de interesses	37,5	12,5	30,0	11,1	-	17,8
3.canal de resolução de probl. Individuais	-	-	-	33,3	-	6,7
4. qualidade de vida	-	-	-	-	20,0	4,4
5.continuidade da experiência anterior	12,5	12,5	10,0	11,1	10,0	11,1
6.convite / capacidade de liderança	25,0	12,5	-	-	-	6,7
combinação de 1 e 2	12,5	-	-	-	10,0	4,4
combinação de 1 e 5	-	-	30,0	11,1	10,0	11,1
combinação de 1 e 6	-	-	-	11,1	-	2,2
combinação de 2 e 5	-	12,5	-	-	-	2,2
combinação de 2 e 6	-	12,5	10,0	-	-	4,4
combinação de 3 e 6	-	-	-	11,1	-	2,2
combinação de 5 e 6	-	25,0	10,0	-	-	6,7
combinação de 1, 2 e 5	-	12,5	-	-	-	2,2
combinação de 1 e outras respostas	-	-	-	-	10,0	2,2
não sabe/ não respondeu	12,5	-	-	-	-	2,2
total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Como foi que você decidiu participar do movimento ou da associação?

Tabela 6
Quem deveria fazer política no Brasil (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Vereadores	Amostra Geral
1. partidos políticos	50,0	37,5	10,0	-	-	-	15,4
2. sociedade civil	12,5	25,0	20,0	11,1	10,0	-	13,5
3. todos	37,5	25,0	40,0	77,8	60,0	28,6	46,2
4. pessoas com formação cultural	-	12,5	-	-	-	-	1,9
5. trabalhadores	-	-	20,0	11,1	10,0	-	7,7
combinação de 1 e 2	-	-	-	-	10,0	-	1,9
combinação de 1 e 3	-	-	10,0	-	-	14,3	3,8
combinação de 2 e 3	-	-	-	-	-	14,3	1,9
combinação de 3 e 5	-	-	-	-	-	14,3	1,9
sem informação	-	-	-	-	-	14,3	1,9
ns/nr	-	-	-	-	10,0	14,3	3,8
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Quem deveria fazer política no Brasil?

Tabela 7
Quem tem responsabilidade por um Brasil melhor

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Vereadores	Amostra Geral
1. governo e partidos	12,5	25,0	10,0	22,2	-	28,6	15,4
2. associações	12,5	12,5	10,0	44,4	20,0	-	17,3
3. toda a população	62,5	50,0	60,0	33,3	60,0	42,9	51,9
4. outros	12,5	-	20,0	-	-	28,6	9,6
combinação de 1, 2 e 3	-	12,5	-	-	-	-	1,9
combinação de 1 e 2	-	-	-	-	10,0	-	1,9
combinação de 2 e 3	-	-	-	-	10,0	-	1,9
total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Para você, de quem é a maior responsabilidade para fazer do Brasil um país melhor?

Tabela 8
Quem faz política no Brasil

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Vereadores	Amostra Geral
1. mídia	-	-	10,0	-	-	-	1,9
2. partidos políticos	25,0	37,5	10,0	33,3	40,0	-	25,0
3. todos	25,0	12,5	30,0	33,3	20,0	28,6	25,0
4. sociedade civil	-	12,5	20,0	22,2	-	-	9,6
5. elites/classe dominante	-	-	10,0	11,1	10,0	14,3	7,7
6. estado	-	-	-	-	10,0	-	1,9
7. personalidades	-	12,5	-	-	-	-	1,9
8. ns/nr	-	-	-	-	-	14,3	2,2
combinação de 1 e 2	-	-	10,0	-	-	-	1,9
combinação de 1 e 7	-	12,5	-	-	-	-	1,9
combinação de 2 e 4	37,5	-	10,0	-	-	-	7,7
combinação de 2 e 7	12,5	-	-	-	-	-	1,9
combinação de 4 e 6	-	-	-	-	10,0	-	1,9
combinação de 1, 2 e 3	-	-	-	-	-	14,3	1,9
combinação de 1, 4 e 6	-	-	-	-	10,0	14,3	1,9
combinação de 2, 3 e 5	-	-	-	-	-	14,3	1,9
combinação de 2, 4 e 5	-	12,5	-	-	-	-	3,8
total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA
Pergunta: Quem você acha que faz política no Brasil?

Tabela 9
Existência de relações entre o movimento e partidos (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
sim	-	-	30,0	22,2	20,0	15,6
não	100	100	70,0	77,8	80,0	84,4
total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Seu movimento tem alguma relação com algum partido ou político?

Tabela 9.1
Existência de relações entre o movimento e partidos (%)
Se sim, como?

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
1. forma de pressão	-	-	-	-	10,0	2,2
2. relação com centrais sindicais	-	-	20,0	-	-	4,4
3. relação de apoio	-	-	10,0	22,2	10,0	8,9
Combinação de 1 e 3	-	-	-	-	10,0	2,2

(*) o complemento a 100% refere-se a outras respostas e não se aplica

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Se sim, como é essa relação?

Tabela 9.2
Existência de relações entre o movimento e partidos (%)
Se não, por quê?

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
1. autonomia	12,5	50,0	40,0	22,2	60,0	37,8
2. movimento é neutro/ apolítico	75,5	25,0	10,0	-	20,0	24,4
3. clientelismo	-	-	10,0	22,2	-	6,7
4. impedimento estatutário	-	-	-	-	-	-
Combinação de 2 e 4	-	12,5	-	-	-	2,2

(*) o complemento a 100% refere-se a outras respostas e não se aplica

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Se não, por quê?

Tabela 10
Visão sobre os partidos políticos

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Aspectos positivos	75,0	100,0	100,0	88,9	80,0	88,9
Aspectos negativos	25,0	-	-	11,1	10,0	8,9
Sem informação	-	-	-	-	10,0	2,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Para você, para que servem os partidos?

Tabela 11
Opinião sobre a obrigatoriedade do voto (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Sim	87,5	75,0	90,0	77,8	80,0	82,2
Não	12,5	-	-	-	20,0	6,7
Outras respostas	-	25,0	10,0	22,2	-	11,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Se o voto não fosse obrigatório, você votaria?

Tabela 11.1
Razões de votar sem obrigatoriedade (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Um direito/ um dever	12,5	-	-	-	10,0	4,4
Forma de participação	50,0	62,5	60,0	44,4	50,0	53,3
Chance de mudança/ exercício de poder	-	12,5	30,0	22,2	20,0	17,8
Combinação de 1 e 2	25,0	12,5	-	-	-	6,7
Combinação de 2 e 3	-	-	-	11,1	-	2,2

(*) o complemento a 100% refere-se às respostas ns/nr e não se aplica

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Se sim, por quê?

Tabela 12
Tem identificação com algum partido ou é filiado?

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Sim	37,5	75,0	70,0	88,9	70,0	68,9
Não	62,5	25,0	30,0	11,1	30,0	31,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: É filiado ou se identifica com algum partido político?

Tabela 13
Filiação ou identificação partidária (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
PT		25,0	60,0	44,4	40,0	35,6
PMDB		12,5				2,2
PL	12,5					2,2
PPR		12,5				2,2
PSDB	12,5			33,0		8,9
PC do B			10,0		10,0	4,4
PPS	12,5					2,2
PDT					10,0	2,2
PT e PMDB				11,1		2,2
PMDB e PL	12,5					2,2
PSDB e PDT		12,5				2,2
PMDB e PSDB		12,5				2,2

(*) o complemento a 100% refere-se a respostas 'não se aplica'

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: É filiado ou se identifica com qual partido político?

Tabela 14
Como escolheu seu representante (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Através do partido	12,5	50,0	40,0	22,2	20,0	28,9
Qualidades pessoais/ simpatia	-	-	-	-	10,0	2,2
Amigo/ conhecido	-	-	10,	-	10,0	4,4
Programa/ idéias do candidato	62,5	37,5	40,0	66,7	50,0	51,1
Prestou/ prestará ajuda	12,5	-	-	-	10,0	4,4

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Como é que você escolheu o seu representante nas últimas eleições?

Tabela 15
Você é tratado como cidadão? (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Sim	75,0	62,5	-	33,3	10,0	35,6
Não	12,5	37,5	90,0	44,4	90,0	57,8
Sem informação	12,5	-	-	-	-	2,2
Não sabe/ não respondeu	-	-	10,0	22,2	-	6,7

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Você é tratado como um cidadão deve ser tratado?

Tabela 16
Quais os direitos que você acha que tem? (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
1. direitos sociais	25,0	12,5	10,0	11,1	20,0	15,6
2. direitos civis e políticos	25,0	12,5	20,0	22,2	-	15,6
3. direitos de expressão e organização	-	37,5	30,0	22,2	40,0	26,7
4. novos direitos	-	-	-	11,1	-	2,2
Não tenho direitos	-	-	-	-	20,0	4,4
Sem resposta/ sem informação	-	-	-	-	10,0	2,2
Combinação de 1 e 3	-	-	-	-	10,0	2,2
Combinação de 2 e 3	25,0	-	10,0	-	-	6,7
Combinação de 1, 2 e 4	-	-	10,0	-	-	2,2
Combinação de 2, 3 e 4	-	-	10,0	-	-	2,2
Combinação de 2 e 4	12,5	12,5	-	-	-	4,4
Combinação de 1 e 4	-	12,5	-	22,2	-	6,7
Combinação de 1 e 2	-	-	-	11,1	-	2,2

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Tabela 17
Já teve que lutar por direitos (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Sem informação	12,5	-	10,0	-	-	4,4
1. por direitos civis e políticos	37,5	12,5	20,0	-	10,0	15,6
2. por direitos sociais	-	-	20,0	22,2	20,0	13,3
3. por direito de expressão/ organização	12,5	25,0	20,0	11,1	10,0	15,6
4. por novos direitos	-	-	10,0	22,2	20,0	11,1
Nunca teve que lutar	25,0	25,0	-	-	-	8,9
Não sabe/ não respondeu	12,5	37,5	20,0	11,1	40,0	24,4
Combinação de 1 e 3	-	-	-	11,1	-	2,2
Combinação de 1 e 4	-	-	-	11,1	-	2,2
Combinação de 2 e 3	-	-	-	11,1	-	2,2

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Você já teve que lutar por quais direitos?

Tabela 18
Você se considera cidadão? (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Sem informação	12,5	-	-	-	-	2,2
Sim	75,0	87,5	60,0	88,9	80,0	80,0
Não	12,5	12,5	30,0	11,1	20,0	17,8
Não sabe	-	-	10,0	-	-	2,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Tabela 19
Por quê você se considera um cidadão? (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Cumprir deveres	37,5	12,5	10,0	22,2	20,0	20,0
Luta por direitos/ se expressa	12,5	25,0	40,0	44,4	50,0	35,6
Possui direitos e/ ou informações sobre eles	37,5	25,0	30,0	33,3	30,0	31,1
Possui posição na sociedade/ profissão	-	50,0	-	-	-	11,1

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Tabela 20
Responsabilidade pela queda de Collor (%)

	Empresários	Classes Médias	Sindicatos	Mov. Urbanos	Mov. Sociais	Amostra Geral
Imprensa	37,5	25,0	20,0	-	-	15,6
Televisão	-	-	-	11,1	-	2,2
Poderosos insatisfeitos	12,5	12,5	-	11,1	30,0	13,3
Políticos	12,5	25,0	20,0	-	-	11,1
Manifestações do povo na rua	12,5	12,5	50,0	66,7	50,0	40,0
Combinação de 1 e 2	25,0	12,5	-	-	-	6,7
Combinação de 1 e 5	-	-	10,0	-	-	2,2
Outros	-	12,5	-	11,1	20,0	8,9

Fonte: Pesquisa CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADANIA

Pergunta: Para você, o que desempenhou o papel mais importante na queda de Collor?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. *Para além da 'democracia realmente existente': movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos*. Trabalho apresentado à Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu, 1995.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultures of politics/politics of cultures. Re-visioning Latin American social movements*. Boulder: Westview Press, 1998.

BAIERLE, S. *Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - UNICAMP, Campinas, 1992.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ; ALMEIDA (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, J. M. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Moderna, 1981.

COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, 1994.

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. On becoming a citizen: the story of D. Marlene. In: BENMAYOR; SKOTNES (ed.). *International yearbook of oral and life stories*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

_____. Culture, citizenship and democracy: changing discourses and practices of the latin american left. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultures of politics/politics of cultures. Re-visioning latin american social movements*. Boulder: Westview Press, 1998.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

DURHAM, E. Movimentos sociais – a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, n. 10, 1984.

EVERS, T. Identidade – a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, n. 4, 1984.

FERLIM, U. D. C. Tradição autoritária e cultura democrática. *Relatório de Pesquisa PIBIC-CNPq/UNICAMP*, 1995.

LACLAU, E. New social movements and the plurality of the social. In: Slater, D. (ed.). *New social movements and the State in Latin America*. Amsterdam: Cedla, 1985.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, 1994.

MOUFFE, C. (Org.). *Dimensions of radical democracy*. London: Verso, 1992.

NUNES, E.; JACOBI, P. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, J. A. et al. (org.). *Cidade, povo e poder*. CEDEC/Paz e Terra, 1982.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, outubro 1991.

PAOLI, M. C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELMANN M. (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, 1994.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça – a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, D. R. *A constituição da cidadania e a participação em entidades associativas*. Relatório de Pesquisa – PIBIC-CNPq/UNICAMP, 1995.

SLATER, D. Social movements and a recasting of the political. In: SLATER, D. (ed.). *New Social Movements and the State in Latin America*. Amsterdam: CEDLA, 1985.

TEIXEIRA, A. C. C. *Movimentos sociais e a construção de uma cultura democrática*. Relatório de Pesquisa – PIBIC-CNPq/UNICAMP, 1995.

TELLES, V. S. A sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, 1994.

_____. Pauvreté et citoyenneté, dilemme du Brésil contemporaine. *Problèmes de Amérique Latine*, n. 9, 1993.

WEFFORT, F. *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1984.